

# ARQUIVO 1

# **A Conciliação Impossível entre a Dívida Pública e a Política Monetária Conduzida pelo Regime de Metas Inflacionárias**

**Alexandre César Cunha Leite**

Mestre em Economia Política, Professor do Centro Universitário UNA, do UNI-BH e da PUC-Minas. E-mail: alexandre.leite@una.br

## **Resumo**

Este artigo avalia teoricamente o objetivo econômico dos últimos governos brasileiros, a saber: implementação de uma redução expressiva da relação dívida/PIB associado a uma política monetária restritiva de controle da inflação. Argumenta-se que tais objetivos são inconsistentes entre si. Não há possibilidade de realizar uma política de redução da relação dívida/PIB implementando uma política de elevações sucessivas da taxa nominal de juros. Isto se dá porque a política monetária restritiva faz com que o produto apresente tendência a redução no seu valor absoluto fazendo com que sejam inúteis esforços no sentido de reduzir o componente da dívida, já que parcela significativa da dívida encontra-se atrelada a taxa de juros nominal.

**Palavras-chave.** Dívida pública, política monetária, regime de metas inflacionárias.

## **On the Impossible Conciliation between Public Debt and Monetary Policies Based on inflation Reduction Targets**

### **Abstract**

This paper presents a theoretical discussion on the economic objectives of recent Brazilian governments concerning expressive reduction of the relationship between debt and GNP, linked to restrictive monetary policies of inflation control. Such objectives are hereby argued to be inconsistent, since there is no possibility of realizing a policy of debt / GNP reduction while implementing a policy of successive increase of nominal interest rates. This occurs due to the fact that a restrictive economic policy leads to cost reduction of the goods and to consequent useless efforts aimed at reducing the debt component since a significant portion of the debt is attached to the nominal interest rate.

**Keywords.** Public debt, monetary policy, inflation target model.

## **Introdução**

Atualmente um debate acalorado vem ocorrendo nos meios acadêmico e jornalístico especializado. Este diz respeito ao objetivo definido pelo Governo Brasileiro de reduzir o déficit público, mais precisamente, a relação dívida/PIB. Contra este objetivo contribui a política monetária. Ao adotar um regime de metas inflacionárias, a autoridade monetária deixa claro que seu objetivo é manter uma estabilidade de preços, onde a 'arma' mais utilizada pelo Banco Central é a elevação da taxa de juros nominal (Selic).

Acontece que ao elevar a taxa nominal de juros, a autoridade monetária dificulta, e muito, a outra façanha do governo, a saber: resolver o problema da sustentabilidade do déficit público. Isto ocorre porque parcela significativa da dívida pública encontra-se em títulos indexados a taxa nominal de juros, o que acarreta em elevação do componente dívida mobiliária. Como se isto não dificultasse o bastante a solução de tal problema. A elevação da taxa de juros tende a reduzir o nível de atividade econômica, fazendo com que a taxa de crescimento do produto caia. Isto acarreta em queda no valor nominal do PIB, fazendo com que esforços do governo no sentido de baixar a relação dívida/PIB, via redução no valor agregado de seus gastos, seja insuficiente para alcançar tal objetivo.

Assim sendo, este trabalho visa mostrar que os objetivos fiscal e monetário não podem ser atingidos, no atual ambiente econômico. Esta demonstração fundamenta-se na demonstração da composição da dívida pública e sua posterior associação ao regime de metas de inflação. Este último é o guia para definição da política monetária. Procura-se demonstrar teoricamente a incompatibilidade entre os objetivos, mas principalmente, entre a implementação das políticas econômicas.

Assim, o presente trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: o primeiro tópico está relacionado à composição da dívida pública, além de discutir a respeito do conceito de sustentabilidade. No segundo tópico descreve-se o modelo de metas inflacionárias. O terceiro ponto tem como objetivo demonstrar como funcionam de maneira conjunta ambas as políticas e suas reações. Seguem-se então as considerações finais.

### **1. Dívida Pública: características da dívida pública brasileira**

É fundamental descrever algumas observações sobre a dívida pública brasileira para que seja possível tecer observações sobre a incompatibilidade existente entre a política monetária implementada pela autoridade monetária brasileira e o objetivo de manter estável ou reduzir a relação dívida/PIB. Sendo esta a variável chave atualmente utilizada pelo governo para definir a sustentabilidade da dívida.

Inicialmente, deve-se compreender o que se denomina como dívida líquida. Segundo informações do Banco Central (2005), a dívida líquida do setor público corresponde ao saldo líquido do endividamento do setor público não-financeiro e do Banco Central com o sistema financeiro, seja público ou privado, com o setor privado não financeiro e o resto do mundo. O saldo desta conta representa então o balanço entre as dívidas e os créditos do setor público não financeiro. Para ser mais claro e específico, o aqui denominado de setor público não financeiro constitui-se das administrações diretas nas esferas de governo, o sistema público de previdência social e as

empresas estatais (em sentido amplo). Cabe ressaltar que o objetivo deste trabalho concentra-se na dívida interna, portanto, observações pormenorizadas sobre a dívida externa não serão focadas aqui.

Quanto ao que tange aos resultados da administração pública, pode-se ressaltar o conceito de déficit primário como aquele em que é lançado apenas o resultado das contas públicas. Ao passo que o déficit nominal é o resultado primário com a inclusão dos gastos com juros sobre a dívida pública.

Ao verificar a composição atual da dívida pública observa-se um componente de extrema relevância, a saber: a dívida mobiliária. Esta corresponde ao total dos títulos públicos federais fora do Banco Central, ou seja, de posse dos diversos agentes econômicos, adicionados aos títulos do Banco Central em situação semelhante.

Estes títulos são emitidos, usualmente, com o intuito de cobrir os déficits orçamentais, seja por meio de leilão público ou eletrônico. Os principais títulos negociados pelo Tesouro Nacional são as LTNs, as LTFs, as NTNs e no caso do Banco Central temos os bônus do Banco Central, as notas do Banco Central e as Letras do Banco Central. Estes títulos normalmente possuem como indexador base a taxa nominal de juros praticada no país. Observe que a taxa nominal de juros é valor referencial, não é definido como indexador nominal para os títulos colocados no mercado. A TAB.1 abaixo mostra o valor nominal (em R\$) da dívida mobiliária. Este valor apresenta crescimento ao longo dos anos, para efeitos de melhor explicação, quer dizer que o governo vem utilizando o instrumento de mercado aberto como forma de financiamento. Mas isto acarreta problemas no médio prazo, pois estes títulos são indexados à taxa nominal de juros.

Fica então, de fácil compreensão de que um aumento expressivo na taxa de juros, o que para o caso brasileiro, significa qualquer majoração na taxa nominal de juros, pode ser obstáculo para que seja atingido o equilíbrio fiscal.

\* Compreendem Letras do Tesouro Nacional (LTN), Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT), Letras do Banco Central (LBC), Bônus do Banco Central (BBC e BBCE) e Notas do Banco Central (NBCA, NBCE e NBCF), Créditos securitizados, Títulos da Dívida Agrária (TDA), CDP, Dívida agrícola, Bônus do Tesouro Nacional (BTN), Notas do Tesouro Nacional (NTN), CTN, CFT.

Além deste termo, pode-se ainda destacar que outros fatores vêm contribuindo para que a dívida pública torne-se inflexível para baixo, a partir de certo nível. São eles (citam-se aqui os fatores, sem a intenção de esgotá-los, apenas citá-los com caráter informativo):

a) o processo de refinanciamento dos estados e municípios, iniciado em 1994, tem como objetivo explícito, fazer com que as dívidas estaduais e municipais não se tornem fator de pressão sobre o déficit público;

b) a política do governo em assumir os chamados passivos contingentes (esqueletos);

c) o programa de fortalecimento dos bancos federais, para que estes estejam melhor preparados para as definições dos padrões de capitalização e para as situações de risco, conforme descrito no Acordo de Basiléia. A TAB. 2 e a TAB.3 vêm então mostrar alguns dados referentes à administração pública, no que tange a dívida pública.

TABELA 1. Dívida mobiliária interna federal - títulos fora do Banco Central\* (R\$ milhões)

Ano/Mês	Valor em R\$	Ano/Mês	Valor em R\$	Ano/Mês	Valor em R\$
2002 01	635.110,32	2003 01	636.862,63	2004 01	737.337,22
2002 02	631.635,82	2003 02	644.762,30	2004 02	743.146,86
2002 03	626.320,76	2003 03	649.704,20	2004 03	759.841,20
2002 04	633.285,73	2003 04	644.406,94	2004 04	767.673,51
2002 05	639.390,51	2003 05	660.758,55	2004 05	748.381,85
2002 06	653.748,02	2003 06	669.422,83	2004 06	758.186,98
2002 07	674.401,36	2003 07	689.990,48	2004 07	759.195,16
2002 08	622.794,31	2003 08	695.950,67	2004 08	761.768,59
2002 09	658.777,89	2003 09	707.740,94	2004 09	771.302,75
2002 10	632.103,90	2003 10	717.859,11	2004 10	776.503,47
2002 11	631.461,20	2003 11	728.306,46	2004 11	784.936,25
2002 12	623.190,63	2003 12	731.858,09	2004 12	810.264,32
				2005 01	826.703,37

Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Finanças Públicas (BCB Boletim/F. Públ.) Atualizado em: 28 de fevereiro de 2005

Pode-se então averiguar que um processo de ajustamento que visa uma redução da relação dívida/PIB, tida como fundamento para a sustentabilidade da dívida, depende, mais do que supõe o conhecimento convencional, de uma política monetária afinada com tal objetivo.

A relação dívida/PIB é influenciada, esta forma, não apenas por esforços do governo em reduções quantitativas do seu nível de gastos. Alternativamente, uma taxa adequada de crescimento do PIB faria com que esta relação tendesse a queda. Mais ainda, uma política monetária de redução da taxa nominal de juros, acarretaria custos adicionais menores, o que por sua vez, reduziria a necessidade de esforços 'sobre-humanos' para manter a dívida pública em nível sustentado.

Apresenta-se no próximo tópico, o regime de metas inflacionárias. Isto se faz necessário, pois é este regime que conduz a política monetária governamental objetivando a estabilidade monetária. Associando a composição da dívida interna ao regime de metas, torna-se mais plausível a meta de analisar o porquê da incoerência (ou incompatibilidade) entre a questão fiscal e a monetária.

TABELA 2. Necessidade de financiamento e dívida pública

Necessidades de financiamento - conceito primário (em % do PIB)							
2003	2004	2004 T2	2004 T3	2004 T4	2004 M10	2004 M11	2004 M12
-4,25	-4,61	-4,53	-4,63	-4,61	-4,65	-4,64	-4,61
Necessidades de financiamento - conceito nominal (em % do PIB)							
2003	2004	2004 T2	2004 T3	2004 T4	2004 M10	2004 M11	2004 M12
3,62	2,49	4,14	2,75	2,49	2,83	2,36	2,49
Dívida pública total (em % do PIB)							
2003	2004	2004 T2	2004 T3	2004 T4	2004 M11	2004 M12	2005 M01
57,18	51,87	55,82	52,03	51,87	51,3	51,87	51,53

Fonte: Ipeadata, 2005.

Obs.: Os dados referentes a 2004 estão repartidos em trimestres. E estão apresentados também os últimos dados mensais.

TABELA 3. Necessidade de financiamento do setor público (Anual - % do PIB)

Ano	NFSP - gov. federal e Banco Central - juros reais - c/ desvalorização cambial	NFSP - gov. federal e Banco Central -operacional - c/ desvalorização cambial	NFSP - setor público - primário - c/ desvalorização cambial
2000	3,160	1,310	-3,470
2001	3,300	1,460	-3,640
2002	2,630	0,250	-3,890
2003	3,460	0,970	-4,250
2004	1,710	-1,270	-4,610

Fonte: Banco Central. Valores atualizados em fevereiro de 2005. Elaboração própria.

Obs.: Necessidades de financiamento do setor público - com desvalorização cambial sobre estoque da dívida mobiliária interna

## 2. Política Monetária: Modelo de metas inflacionárias

Denomina-se Regime de Metas de inflação (inflation target), aquele regime que determina uma meta para a taxa de inflação para os períodos seqüentes. Assim sendo, a autoridade monetária deve fazer uso de seu expediente de políticas monetárias para alcançar tal meta. Tecnicamente, o regime é caracterizado por um anúncio oficial por parte do governo definindo o valor esperado para a taxa de inflação. Este valor esperado deve tornar-se efetivo via condução declarada da política monetária que define que seu objetivo é atingir a meta definida pelo governo. Parte-se do pressuposto, então, que o principal objetivo da política monetária é manter a taxa de inflação baixa e estável. Dito de outra forma, o objetivo da definição da política monetária por parte do Banco Central é cuidar para que haja, a qualquer custo, estabilidade monetária.


O "a qualquer custo" acima parece muito forte para a situação, entretanto cabe justificção. O que aqui se define de "a qualquer custo" é a posição relativamente confortável da autoridade monetária de não se preocupar com as variáveis reais da economia, tais como o emprego e o nível de atividade econômica.

Tal observação faz com que seja explicado o funcionamento do regime. O regime de metas inflacionárias fundamenta-se no seguinte mecanismo: a autoridade monetária estima o comportamento da inflação para o período definido (no caso do Brasil, um ano), para que seja atingida a meta anunciada, o Banco Central, potencial executor da política monetária define a política monetária a ser adotada. Caso a expectativa não seja condizente com a meta, esta política a ser adotada será contracionista-restritiva. Operacionalmente, isto significa uma elevação da taxa nominal de juros (Selic) frente a uma 'pré-definida' taxa natural (esta taxa natural seria aquela definida por Wicksell). Esta alteração na taxa natural de juros traria algumas respostas de variáveis reais, tal como a demanda agregada, no curto prazo, influenciando a taxa de inflação, esta com certa defasagem temporal.

Os defensores do regime de metas inflacionárias acreditam que ao definir a meta para a inflação, a autoridade monetária realiza a função básica de sinalização ao público. Sinaliza assim que existe um compromisso da autoridade monetária em manter a estabilidade de preços; informa, via definição da trajetória da inflação, o comportamento das variáveis monetárias; demonstra uma transparência na sua condução política, além de criar certa impressão de credibilidade das informações passadas ao público pelo Banco Central. Maiores informações sobre estes modelos podem ser encontrados em: Gordon (1994), Kydland & Prescott (1977), Lucas (1981) e Barro (1976).

Ainda em referência aos argumentos a favor do regime de metas inflacionárias, autores ligados a tal corrente teórica, afirmam que ao definir uma meta específica para a inflação, cria-se uma âncora que segura as expectativas inflacionárias mediante elevação da confiança dos agentes econômicos na condução da política monetária por parte da autoridade monetária. Pressupõem-se assim, que não haverá políticas discricionárias, ou seja, o público não será enganado pela autoridade monetária, dado que o objetivo último deste é evitar o risco do viés inflacionário.

Entretanto, algumas observações cabem ser feitas. Algumas delas são fundamentais para a conclusão deste estudo. Alguns aspectos teóricos, propostos principalmente pela teoria



econômica pós-keynesiana, demandam certo cuidado na implementação do regime de metas inflacionárias. Aqui se apresentam algumas destas observações teóricas. Cabe ressaltar que alguns destes aspectos terão mais acuidade por parte deste trabalho por questões óbvias enquanto alguns outros serão apenas citados, pois sua descrição pormenorizada não faz parte do escopo deste trabalho.

Inicialmente, cabe a discussão a respeito da endogeneidade da moeda. Segundo argumenta a teoria keynesiana, a moeda é endógena, ao contrário do que pressupõem os teóricos que sustentam o modelo de metas inflacionárias. Sendo assim, a autoridade monetária não é capaz de garantir valores absolutos para a oferta de moeda. No máximo, a autoridade monetária exerceria um efeito quanto à acomodação do volume de moeda em circulação, visto que os bancos comerciais têm a possibilidade de alterar independentemente do Banco Central, o volume de moeda em circulação. O segundo argumento refere-se à inflação. Reconhece-se que uma política de juros é efetiva, com certo lapso temporal, frente a uma inflação de demanda. Mas defende-se que a inflação atual é caracteristicamente de custos, ou seja, é ocasionada pelo efeito elevação dos custos de produção, de origem, basicamente estrutural (tipo um choque externo, uma alteração na relação cambial, entre outras). Esta inflação, acredita-se, é pouco sensível a alterações na taxa de juros. Ainda voltaremos a esta questão no tópico seguinte.

Sobre a taxa de juros, Libânio (2004) destaca que "a abordagem pós-keynesiana não reconhece a existência de uma taxa natural de longo prazo (wickselliana), necessária para garantir o equilíbrio entre a poupança e o investimento, e determinada por fatores reais (preferências e tecnologia) que guiam a demanda e a oferta de fundos emprestáveis".

Sendo assim, a taxa de juros seria uma variável de caráter monetário, que, ao contrário do conhecimento convencional, influencia variáveis reais.

Pode-se concluir de forma parcial o seguinte: o regime de metas de inflação realmente pode traduzir-se em maior credibilidade da autoridade monetária perante o público. Também sinaliza de forma mais clara e transparente a condução da política monetária, conduzindo assim a formação das expectativas dos agentes econômicos. Mas alguns cuidados devem ser considerados. Primeiro, deve ser mantida uma coerência teórica com a política fiscal, relação esta que será analisada no tópico seguinte. Em segundo lugar, deve-se observar algumas discussões a respeito dos fundamentos teóricos do modelo de metas inflacionárias. E terceiro, mas não menos importante, deve-se refletir sobre a verdadeira função do Banco Central, se este é em última instância defensor da estabilidade monetária, e, portanto, deveria ser independente do processo de decisão política ou se deveria o Banco Central visar a estabilidade econômica, sentido bem mais amplo que o anterior, e intimamente ligado a objetivos gerais do Estado. Porém, esta discussão não cabe a este trabalho (Leite, 2003).

### **3. Dinâmica de Funcionamento das Políticas Fiscal e Monetária**

Pelo o que foi visto até então, pode-se observar que o regime de metas inflacionárias tem como objetivo explícito manter a estabilidade monetária. Sendo assim, todo o expediente de política monetária disponível à autoridade monetária será usado para atingir a meta oficial anunciada pelo governo. Atualmente, este expediente de política monetária concentra-se na elevação da taxa nominal de juros. Então, quando há a expectativa de que a taxa de inflação situe-se acima



da meta definida pelo governo, a autoridade monetária promove uma elevação da taxa de juros para fazer com que a trajetória da inflação caia, convergindo então para o ponto-meta.

Inicialmente, se levarmos em consideração apenas o objetivo de política monetária, a majoração da taxa nominal de juros, funciona como instrumento (paliativo) para que seja atingida a meta inflacionária. Mas vimos nas observações a respeito do regime de metas inflacionárias que alguns pressupostos devem ser respeitados.

Dentre estes, o mais significativo, por constituir-se em incoerência teórica e/ou incompatibilidade prática é a existência do que Blanchard (2004), entre outros (BERNANKE & MISHKIN, 1997 e BERNANKE et al., 1999) denomina de dominância fiscal. Blanchard (2004) afirma que a política correta e recomendada para reduzir inflações como a presente no Brasil é a política fiscal, ao contrário da política monetária.

A argumentação aqui desenvolvida mostra que um regime de metas inflacionárias, além de descaracterizar algumas noções básicas sobre a moeda, não deve (ou deveria) ser implementado em países com problemas de sustentabilidade do déficit público.

A princípio, vimos na seção sobre dívida pública, principalmente, no que diz respeito a componente interno, que parcela significativa desta dívida encontra-se hoje no formato de dívida mobilizada. Seu principal referencial é a taxa nominal de juros. Sendo assim, pode-se claramente compreender que um sistema de metas para a inflação, como principal expediente de política monetária, é inconsistente com o objetivo da política fiscal, a saber: reduzir o coeficiente da relação dívida/PIB.

A recomendação teórica e prática para tal caso é definir uma hierarquia de decisões. A literatura especializada em regime de metas inflacionárias recomenda que tal sistema não seja implementado enquanto existir o problema fiscal. As políticas tendem a anular-se. Também é consenso na boa literatura sobre sustentabilidade da dívida que não se deve implementar políticas de majoração da taxa nominal de juros para situações em que parte significativa do montante do déficit esteja na forma de dívida mobiliária indexada à taxa de juros.

Ainda existem algumas observações sobre o problema. Considerando especificamente a elevação da taxa de juros, temos como resultado uma tendência a redução do nível de crescimento da economia. Isto acarreta em uma queda do valor nominal do PIB, que por sua vez, faz com que, mantendo-se o valor da dívida estável, esta relação mantenha-se no mesmo patamar.

Portanto, o que se compreende da implementação conjunta do regime de metas e de uma política de redução da dívida, segundo a literatura especializada é um resultado de soma zero.

#### **4. Considerações Finais**

Neste estudo, visava-se avaliar a possibilidade de implementação de um programa de metas inflacionárias associado a uma política de redução do coeficiente dívida/PIB, sendo este último à medida de referência para determinar a sustentabilidade da dívida pública.

A argumentação inicial era que existia uma incompatibilidade entre a adoção destas políticas de forma conjunta. Vários são os motivos que explicam tal argumentação, entre eles a existência da dominância fiscal, para o caso da implantação do regime de metas inflacionárias e a relação bastante próxima entre a composição da dívida, predominantemente, em forma de dívida mobiliária, e a taxa de juros nominal, como seu principal indexador.

Logrou-se então, demonstrar, via demonstração teórica e prática, que tais políticas, por serem incompatíveis, tendem a se anular.

### **Referências Bibliográficas**

ARESTIS, Philip. *The Post-Keynesian approach to economics*. Edward Elgar, 1992. 316 p.

BANCO CENTRAL - *Relatório Dívida Líquida e Necessidade de Financiamento do Setor Público*, 2005.

BARRO, R. Rational expectations and the role of monetary policy (1976) In. LUCAS, R. SARGENT, T. Rational expectations and Econometric practice. Minneapolis: UMP, 1981.

BARRO, R. GORDON, D. Rules, Discretion, and reputation in a model of monetary policy (1983). In. PERSSON, T. TABELLINI, G. *Monetary and Fiscal Policy: credibility*. Cambridge, MIT press, 1994. vol. 1.

BERNANKE, B., MISHKIN, F. Inflation targeting: a new framework for monetary policy. NBER working papers, 5893, July 1997.

BERNANKE, B. LAUBACH, T. MISHKIN, F., POSEN, A. *Inflation Targeting: lessons from the international experience*. Princeton: PUP, 1999.

BLANCHARD, Olivier. *Fiscal Dominance and Inflation Targeting: lessons from Brazil*. NBER Working Papers, 10389, march 2004.

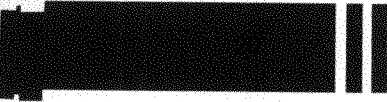
CARVALHO, F. C. *Temas de Política Monetária keynesiana*. Ensaios FEE, n. 15, vol. 01, p. 33-61, 1994.

CARVALHO, Fernando Cardim, Mr. *Keynes and the Post Keynesians*, Edward Elgar: Aldershot, 1994.

DAVIDSON, Paul. *Post-Keynesian Macroeconomic Theory: a foundation for successful economic policies for the Twenty-first century*. Edward Elgar, 1994. 309 p.

FAVERO, Carlos A., GIAVAZZI, Francesco. *Inflation Targeting and Debt: lessons from Brazil*. NBER working papers, 10390, march 2004.

KYDLAND, F. & PRESCOTT, E. Rules rather than discretion: the inconsistency of optimal plans. *Journal of Political Economy*. Vol. 85, n. 03, p. 473-491, 1977.



LEITE, Alexandre César Cunha Leite. Autonomia do Banco Central: a distância entre a teoria e a prática. REUNA Revista de Economia da UNA, Belo Horizonte, v.08, n.02, abril-junho/2003. (texto enviado ao Congresso Nacional como contribuição para o debate a respeito da Reforma Tributária e da Independência do BC)

LIBÂNIO, Gilberto A. Temas de política monetária: uma perspectiva pós-keynesiana. Belo Horizonte: Cedeplar, 2004. Td 229.

LUCAS, R. Studies in Business Theory. Cambridge: MIT press, 1981.

MENDONÇA, Helder Ferreira. Regimes Monetários e a Busca da Estabilidade de Preços: o uso de metas para a taxa de câmbio, agregados monetários e inflação. 1999. (Mimeo).

MENDOZA, Enrique G., OVIEDO, Pedro M. Public Debt, Fiscal Solvency and Macroeconomic Uncertainty in Latin America: the cases of Brazil, Colombia, Costa Rica and Mexico. NBER working papers, 10637, July 2004.

SICSÚ, João. Teoria e Evidências do Regime de Metas Monetárias: algumas observações críticas preliminares. 2000. (Mimeo).

VERSIANI, Flávio Rabelo. A Dívida Pública Interna e Sua Trajetória Recente. Brasília: UnB, março de 2003. (td 284).